

## CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 03.730.204/0001-76

## Relatório da Administração - Exercício de 2018

Senhores Acionistas,

Vamos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA VIDA e PREVIDÊNCIA S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 413,6 milhões, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 44,4%, confirmando assim sua solidez e lucratividade dentro do mercado de previdência complementar brasileiro.

Os ativos financeiros da companhia, no exercício de 2018, alcançaram o patamar de R\$ 61.119,7 milhões, o que representa um crescimento de 25,8% em relação ao valor de R\$ 48.594,9 milhões atingido no ano anterior. Destaca-se ainda, o estoque de reservas técnicas da Companhia que, ao final deste exercício, alcançou o patamar de R\$ 60.048,0 milhões, com um crescimento no período de 25,8% se comparado aos R\$ 47.733,0 milhões do ano anterior.

A CAIXA VIDA e PREVIDÊNCIA S.A. registrou ao final do último exercício um patrimônio líquido de R\$ 1.027,4 milhões, 22,9% superior aos R\$ 836,0 milhões obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A CAIXA VIDA e PREVIDÊNCIA S.A. se mantém entre as maiores empresas de previdência complementar abertas no País. A empresa manteve seus produtos atrativos para investidores, com boa rentabilidade frente aos concorrentes. Como resultado, alcançou bons índices de permanência na carteira. O faturamento da empresa foi 35,3% superior ao observado em 2017. Foi observado também maior preocupação dos clientes em buscar o produto como alternativa à previdência social, pensando na aposentadoria.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a títulos de dividendos a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no período. Diante de atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento",

conforme Circular SUSEP nº 517/15, serão mantidos até o vencimento.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA VIDA e PREVIDÊNCIA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros. Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é garantir proteção no presente e qualidade de vida no futuro a cada família brasileira.

A Companhia reconhece, ainda, o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, bem como o apoio e a dedicação de nossos parceiros em outras instâncias sociais.

Brasília, 22 de fevereiro de 2019

A Administração

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>61.657.952</b>	<b>48.979.604</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>60.796.582</b>	<b>48.343.926</b>
Disponível		107.947	83.620	Contas a pagar	10	398.643	371.721
Caixa e bancos		107.947	83.620	Obrigações a pagar	10.1	113.578	94.256
Aplicações	5	61.044.612	48.494.721	Impostos e encargos sociais a recolher		31.136	27.723
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	4.511	3.322	Encargos trabalhistas		811	845
Prêmios a receber	6.1	4.511	3.322	Impostos e contribuições	10.2	249.789	247.442
Créditos das operações com previdência complementar		737	739	Outras contas a pagar	10.4	3.329	1.455
Valores a receber		737	739	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>13.392</b>	<b>32.911</b>
Títulos e créditos a receber		456.886	354.419	Corretores de seguros e resseguros		-	184
Títulos e créditos a receber	7.1	172.507	73.492	Outros débitos operacionais		13.392	32.727
Créditos tributários e previdenciários	7.2	284.243	280.765	<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>		<b>4.356</b>	<b>19.345</b>
Outros créditos		136	162	Contribuições a restituir		1.248	7.776
Outros valores e bens		235	224	Outros débitos operacionais		3.108	11.569
Outros valores		235	224	Depósitos de terceiros	11	332.164	186.945
Despesas antecipadas		197	870	Provisões técnicas - seguros	8	51.922.276	39.988.658
Custos de aquisições diferidos		42.827	41.689	Pessoas		899	541
Seguros		30.500	28.617	Vida individual		29.154	42.428
Previdência		12.327	13.072	Vida com cobertura de sobrevivência		51.892.223	39.945.689
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>465.539</b>	<b>455.274</b>	Provisões técnicas - previdência complementar	8	8.125.751	7.744.346
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		449.773	436.917	Planos não bloqueados		508.667	466.904
Aplicações	5	75.092	100.160	PGBL/PRGP		7.617.084	7.277.442
Títulos e créditos a receber		339.294	315.569	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>299.558</b>	<b>254.935</b>
Créditos tributários e previdenciários	7.2	25.066	35.072	Contas a pagar		622	961
Depósitos judiciais e fiscais	13	314.228	280.497	Tributos diferidos	10.3	622	561
Custos de aquisição diferidos		35.387	21.188	Outros débitos		298.936	254.374
Seguros e resseguros		34.220	20.428	Provisões judiciais	13	298.936	254.374
Previdência		1.167	760	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14	<b>1.027.351</b>	<b>836.017</b>
Imobilizado		254	19	Capital social	14.1	360.000	300.000
Bens móveis		254	19	Reservas de lucros	14.2	666.417	535.176
Intangível		15.512	18.338	Ajuste de avaliação patrimonial		934	841
Outros intangíveis		15.512	18.338	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>62.123.491</b>	<b>49.434.878</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>62.123.491</b>	<b>49.434.878</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
Discriminação	Capital social	Aumento capital em aprovação	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>269.000</b>	<b>31.000</b>	<b>479.807</b>	<b>148</b>	<b>-</b>	<b>779.955</b>
Dividendos complementares: AGO de 31/03/2017 - Nota 13.3	-	-	(219.889)	-	-	(219.889)
Aumento de capital conforme Portaria Susep nº 200 de 2016	31.000	(31.000)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	693	-	693
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	369.691	369.691
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>						
Reserva legal	-	-	18.485	-	(18.485)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	256.773	-	(256.773)	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	-	-	-	(94.433)	(94.433)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>300.000</b>	<b>-</b>	<b>535.176</b>	<b>841</b>	<b>-</b>	<b>836.017</b>
Dividendos complementares: AGO de 29/03/2018 - Nota 13.3	-	-	(116.290)	-	-	(116.290)
Aumento de capital conforme Portaria Susep nº 896 de 14.05.2018	60.000	-	(60.000)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	93	-	93
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	413.549	413.549
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>						
Reserva legal	-	-	20.677	-	(20.677)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	286.854	-	(286.854)	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	-	-	-	(106.018)	(106.018)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>360.000</b>	<b>-</b>	<b>666.417</b>	<b>934</b>	<b>-</b>	<b>1.027.351</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Caixa Vida e Previdência S.A., sediada em Brasília - DF, doravante referida também como "Companhia", controlada da Caixa Seguros Participações Seguradoras Ltda. - sua controladora indireta no Brasil é a Caixa Seguros Holding S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. A Companhia tem por objeto social atuar no ramo de seguro de vida e planos de previdência privada aberta, nas modalidades de pecúlio e renda, conforme definido na legislação vigente. A Companhia utiliza-se da rede de agências e postos de serviço da Caixa Econômica Federal - CAIXA, para comercialização de seus produtos, tendo iniciado suas operações em setembro de 2000.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de Fevereiro de 2019.

**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

**2.4. Ativos financeiros**

**2.4.1. Classificação e reconhecimento**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (para negociação), empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (para negociação), disponíveis para venda e mantidos até o vencimento**

Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data-base do balanço. Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "para negociação") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "para negociação" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

**b. Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por créditos das operações de seguro, previdência e contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

**2.4.2. Mensuração**

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

**a. Títulos públicos:** com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

**b. Ações:** com base nas cotações de preço médio divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.

**c. Depósitos a prazo com garantia especial:** valor de curva da aplicação, até o vencimento, por contar com garantia do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, até o limite de R\$ 20 milhões e prazo de cinco anos. Cada aplicação tem registro específico junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, com código apropriado e cópia do contrato da operação arquivado em meio eletrônico naquela "clearing". A máxima perda esperada, em caso de "default" da instituição emissora, são três dias úteis (ou dias de "overnight") até o reembolso da aplicação pelo FGC.

**d. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras:** debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

**2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.4.4. Instrumentos financeiros derivativos**

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, dia a dia, segundo o valor de ajuste divulgado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sempre em contrapartida a um ativo, com mesmo vencimento e, no limite, até o valor da posição do respectivo ativo. Somente são detidas posições, em derivativos, contrárias aos ativos, isto é, não existem posições em derivativos sem seu correspondente ativo-base.

**2.5. Impairment**

**2.5.1. Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

**a. Ativos mensurados ao custo amortizado**

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

**b. Ativos classificados como disponível para venda**

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

**2.5.2. Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

**2.6. Provisões técnicas**

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas. Adicionalmente é realizada ainda, auditoria atuarial independente, com o objetivo de avaliar de forma autônoma e imparcial os principais procedimentos e cálculos atuariais, relacionados às provisões técnicas, bases de dados, limites de retenção, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido dentre outros aspectos que afetam a solvência da Companhia, sendo de periodicidade anual, com data-base em 31 de dezembro.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) visa assegurar os compromissos assumidos pela entidade aberta de previdência complementar, ou sociedade seguradora, com seus participantes enquanto não ocorrido o fato gerador do benefício. É constituída pelas contribuições e aportes realizados pelo participante, nos planos ou produtos estruturados no regime financeiro de capitalização, acrescidos pelos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos ativos garantidores, nos termos da legislação vigente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		Exercício findo	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>413.549</b>	<b>369.691</b>
Lucro líquido do exercício		413.549	369.691
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações		6.167	5.047
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>			
Ativos financeiros		(12.524.730)	(10.685.840)
Créditos das operações de seguros e resseguros		(1.189)	(682)
Créditos das operações de previdência complementar		2	(739)
Créditos fiscais e previdenciários		243.200	191.605
Ativo fiscal diferido		10.006	(12.493)
Depósitos judiciais e fiscais		(33.730)	(46.776)
Despesas antecipadas		673	(155)
Custos de aquisição diferidos		(15.338)	(62.877)
Outros ativos		(101.481)	11.130
Impostos e contribuições		5.821	49.834
Outras contas a pagar		2.979	(5.106)
Débitos de operações com seguros e resseguros		(19.520)	25.978
Débitos de operações com previdência complementar		(14.989)	12.765
Depósitos de terceiros		145.220	38.071
Provisões técnicas - seguros e resseguros		11.933.618	9.907.058
Provisões técnicas - previdência complementar		381.405	692.585
Provisões judiciais		44.562	38.929
Outros passivos		(24)	127
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>476.201</b>	<b>528.150</b>
Juros pagos		(10)	-
Juros recebidos		2.482	4.311
Imposto sobre o lucro pagos		(246.678)	(216.624)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>231.995</b>	<b>315.836</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
<b>Pagamento pela compra:</b>		<b>(3.576)</b>	<b>(1.921)</b>
Imobilizado		(273)	(9)
Intangível		(3.303)	(1.912)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(3.576)</b>	<b>(1.921)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio		(204.092)	(295.136)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos</b>		<b>(204.092)</b>	<b>(295.136)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>24.327</b>	<b>18.779</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>83.620</b>	<b>64.841</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>107.947</b>	<b>83.620</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBAC) representa o valor atual dos benefícios cujo evento gerador já tenha ocorrido sendo calculada conforme metodologia aprovada na Nota Técnica Atuarial do plano.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída (e atualizada monetariamente nos termos da legislação) para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os pagamentos futuros de pecúlios, as rendas vencidas, as rendas a vencer de ações judiciais cujos saldos ultrapassem os montantes já concedidos e as indenizações dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A Provisão é calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

Os valores devidos a título de resgate nas coberturas de sobrevivência, compõem a Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) decorrentes de pedidos formalizados pelos participantes, porém ainda não efetivamente concluídos até o encerramento do mês, seja em decorrência de fatores operacionais ou de cumprimento de carência.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. Adicionalmente, constitui-se ainda a parcela relativa aos Riscos Vencidos mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros/eventos já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização a Administração ainda constitui uma parcela de PDR relativa a despesas de sinistros/eventos a ocorrer.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é calculado de acordo com as determinações especificadas na regulamentação vigente. A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é constituída pelo excedente de rentabilidade das aplicações financeiras em relação à rentabilidade mínima garantida no plano "FederalPrev", nos termos estabelecidos nos contratos. O saldo dessa provisão é incorporado à provisão matemática do participante por ocasião da entrada em gozo de benefício, resgate ou portabilidade. No caso dos planos PGBL e VGBL, cuja natureza da cobertura é sobrevida, a constituição ocorre somente após a entrada em gozo de benefício, sendo que parte do excedente financeiro é incorporado anualmente à provisão matemática de benefícios concedidos, quando devido ao Participante, de acordo com o contrato dele.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a provisão para excedente financeiro, são classificados como Despesas Financeiras.

continua



☆ continuação

## CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 03.730.204/0001-76

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.6.1. Tábua

No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas, taxas de carregamento e taxa de juros dos principais produtos comercializados pela Companhia em 31/12/2018:

Produto	Tábua	Taxas de carregamento	Taxas de juros
Federal Prev. (Sobrevida)	AT 49	8%	6%
PGBL/VGBL (Sobrevida)	AT 83/AT 2000/UP 94/BR-EMS	0% a 10%	0% a 3%
Previdência (Risco)	CSO 58/AT 49/EXP. IAPC/ALVARO VINDAS, AT 83	8% a 30%	4% a 6%
Vida Individual (Risco)	CSO58	30%	4%
Eventos Aleatórios	-	30%	0%

### 2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

### 2.8. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que são diretamente incrementais e relacionados à origem ou renovação de contratos de previdência, e que possam ser avaliados com confiabilidade, os quais são amortizados segundo o prazo médio de permanência dos participantes. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos.

### 2.9. Avaliação dos passivos de contratos de previdência

#### 2.9.1. Passivos de contratos de previdência

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para a Companhia são avaliados segundo metodologia ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de teste de adequação dos passivos de contratos de seguro ou, Teste de Adequação de Passivo (TAP); e ii) realização de estudos e avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro segundo prática anterior.

#### 2.9.2. Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11, a Companhia efetuou um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para a determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica e estão dispostos no relatório referente ao estudo.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Conforme abaixo:

a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices IGPM e IPCA, conforme rol divulgado pela SUSEP.

b) Sinistralidade: para estimativa de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS, enquanto que para as coberturas de entrada em invalidez foi utilizada a tábua Hunter.

c) Carregamento/Cancelamento/Resgate/Inadimplência: para estimativas anuais utilizadas no modelo, quando aplicável para cada grupo, foram utilizadas as bases históricas da observadas de cada item por produto que compõe os grupos do estudo.

d) Taxa de Gestão: a estimativa da taxa de gestão foi obtida considerando a média da relação histórica anual das taxas de administração por fundo e data de entrada sobre o saldo da provisão matemática de benefícios a conceder.

e) Despesas administrativas: a estimativa das despesas administrativas foi obtida considerando a média da relação histórica anual da despesa sobre o prêmio emitido.

f) Despesas operacionais específicas: a estimativa destas despesas específicas foi obtida através da projeção da parcela paga a título de comissão sobre a taxa de gestão projetada acrescida da parcela de remuneração paga pela gestão dos ativos que cobrem as provisões matemáticas.

g) Despesas com tributos: a estimativa das despesas com tributos foi obtida através da aplicação dos tributos vigentes de acordo com os percentuais e regras de cálculo.

h) Despesas de comercialização: a estimativa dos valores relativos a despesas de comercialização foi obtida considerando o cenário de run off. Para os produtos que consideram remuneração ao longo da emissão de prêmios periódicos serão aplicados os percentuais estabelecidos por produto nos fluxos de prêmios projetados.

i) Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.

As premissas utilizadas estão detalhadas no relatório referente ao TAP.

Como conclusão dos testes realizados foram encontradas insuficiências para o produto "FederalPrev", o qual foi compensado com o resultado dos demais produtos de acordo com a Circular SUSEP 517/15 e posteriores alterações. Sendo assim, não foi necessária a constituição de PCC. Para os demais produtos não se constataram insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, dentro dos períodos apresentados.

O estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuarial Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico, estando disponível na sede da Companhia para o órgão regulador.

### 2.10. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

### 2.11. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a..

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pelo grupo é de 20% a.a..

### 2.12. Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência, que, nos casos das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento. Os custos relacionados são apropriados por meio da constituição de provisões técnicas. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão da apólice ou contrato e apropriados aos resultados, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação.

A participação nos lucros devida aos empregados sobre o resultado é contabilizada com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

### 2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro calculada à alíquota de 20%, conforme lei nº 13.169/2015. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no ativo circulante.

### 2.14. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

**IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2)** - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

Durante 2018, a Caixa Vida e Previdência iniciou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2), porém até a emissão dessas demonstrações financeiras não foi concluído a mensuração do impacto.

**IFRS 9 Instrumentos Financeiros** - (CPC 48 - Instrumentos Financeiros) - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia a sua adoção depende da aprovação do órgão regulador. A Companhia planeja adotar a nova norma no momento da aprovação do órgão regulador e em conjunto com o IFRS 17, que está previsto para 2022.

**IFRS 17 - Contratos de seguro** - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que substituirá o CPC 11 - Contratos de seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas, quando entrarem em vigor e serem referendadas pelo órgão regulador.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### 3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro para a Companhia. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração, atuários e especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As análises de sensibilidade encontram-se descritas na nota 4.1.4.

### 3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, baseado em informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

### 3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados.

A Companhia segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

### 4. Gestão de riscos

O Solvência II exige a criação de um *Chief Risk Officer*, independente, assegurando a função de monitoramento do sistema de gestão de riscos. A Diretoria de Riscos - DIRRS foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco do Grupo Caixa Seguradora e atender essa exigência.

As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRS são:

- Definir a visão estratégica do *Risk Appetite*;
- Certificar a eficiência do dispositivo de monitoramento dos riscos (seguro, investimento e operacional);
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as políticas definidas pela Direção Geral do Grupo Caixa Seguradora e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios;
- Gerar alertas para as gerências quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar dentro do Grupo Caixa Seguradora e suas subsidiárias Solvência II e as normas locais e assegurar seus direitos;
- Certificar de todo o monitoramento e da eficácia dos dispositivos existentes para acompanhamento dos riscos em todas as operações do Grupo Caixa Seguradora;
- Promover o risco na cultura do Grupo para a tomada de decisões seguindo as políticas do grupo;
- Garantir a aplicação de controles em todas as subsidiárias do Grupo Caixa Seguradora.

A DIRRS organiza um comitê chamado de Comitê de Governança de Riscos. Ele ocorre trimestralmente, mas, excepcionalmente, eles podem se reunir em caso de acontecimentos importantes.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Companhia permite que os riscos de Seguro, Crédito, Subscrição, Mercado e Operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

#### 4.1. Riscos de seguro

##### 4.1.1. Riscos inerentes

Risco de Seguro é o risco transferido do detentor do contrato para o emitente que não seja um risco financeiro, em outras palavras, o risco de seguro é um risco preexistente, transferido do segurado para a Seguradora. A definição de Risco de Seguro refere-se ao risco que a Seguradora aceita do segurado e Gestão de Riscos é o enfoque estruturado que alinha estratégia, processos, pessoal, tecnologia e conhecimento, com o objetivo de avaliar e gerenciar essas incertezas como forma de criação de valor. A Companhia dispõe de grande diversidade de planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL) para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente os riscos inerentes às atividades da Companhia são:

- Risco estratégico** - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.
- Risco atuarial** - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarificação do seguro e inadequada constituição das reservas técnicas.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por Região baseado no valor de prêmio ganho no período:

Região Geográfica	31/12/2018		31/12/2017	
	R\$	%	R\$	%
Centro Oeste	33.864	11%	30.127	11%
Nordeste	55.722	18%	50.162	18%
Norte	12.930	4%	11.775	4%
Sudeste	138.843	45%	126.942	46%
Sul	66.497	22%	58.847	21%
<b>Total</b>	<b>307.856</b>	<b>100%</b>	<b>277.403</b>	<b>100%</b>

##### 4.1.2. Controle do risco de seguro

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Companhia permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas, independentes das linhas de negócios e outras segregações de funções necessárias. Um regime de alçadas está claramente delineado e padrões de operação bem definidos com normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. A Companhia conta com políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

Um comitê de riscos estabelece os princípios, diretrizes do processo e responsabilidades da governança de riscos, bem como orienta os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

##### 4.1.3. Estratégia de resseguro

O programa de resseguro da Caixa Vida e Previdência garante a cobertura parcial (recuperações de resseguro) de benefícios de risco (morte ou invalidez) de duas formas distintas. As vidas que possuem capital segurado superior a R\$ 500 contam com cobertura de resseguro na modalidade de excesso de danos por risco, até o limite de R\$ 10.000. Na modalidade de excesso de danos por evento (cobertura catastrófica), a carteira de Previdência possui cobertura para eventos que resultem em perdas acumuladas superiores a R\$ 3.000 até o limite de R\$ 75.000. Uma última cobertura catastrófica tipo "umbrella" é ainda oferecida, cuja abrangência atinge riscos também das carteiras patrimoniais, com capacidade até R\$ 325.000, também por evento, de modo isolado ou associado entre perdas em vida ou patrimoniais. Em quaisquer das coberturas mencionadas, os resseguros sobre seguros de pessoas consideram os capitais acumulados por Vida/CPF, conjuntamente com outros capitais que o segurado possua em outras carteiras designadas da seguradora.

Contrato de Resseguro	Carteira	Resseguradores	Rating		Condição	
			B+	B-	Local	Outra
Contrato Vida por CPF	Ramos 1061, 0977, 0993 e Previdência	Austral Resseguradora S/A	B++	B+	Local	Local
Catástrofe Umbrella	Ramos 0114, 1061, 0118, 0171, 0167, 0531, 0977, 0993 e Previdência	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	A+	A+	Local	Local
		Hannover Rück SE	A+	A+	Admitido	Admitido
		Allied World Assurance Company	A+	A+	Eventual	Eventual
Catástrofe de riscos pessoais	Ramos 1061, 0977, 0993 e Previdência	Hannover Rück SE	A+	A+	Admitido	Admitido
		Austral Resseguradora S/A	B++	B+	Local	Local
		Terra Brasis Resseguradora S/A	-	-	Local	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	A-	A-	Local	Local

##### 4.1.4. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, líquidas dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

#### a. Bruto de resseguro

Sensibilidade	31/12/2018									
	Resgate / Cancelamento		Resgate / Cancelamento		Mortalidade / Sinistralidade		Mortalidade / Sinistralidade		Conversibilidade	
	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%	1%	-1%	10%	-10%
PGBL-VGBL	-1,67%	1,63%	-8,11%	9,36%	0,00%	0,00%	-0,30%	0,13%	0,21%	-0,24%
Risco	-7,02%	8,10%	-8,05%	8,05%	-1,74%	1,74%	8,37%	-7,33%	0,00%	0,00%
Conjugado	-3,70%	4,02%	-9,41%	11,14%	-0,93%	0,93%	0,00%	0,00%	0,06%	-0,07%
<b>Total</b>	<b>-2,67%</b>	<b>2,83%</b>	<b>-8,15%</b>	<b>9,40%</b>	<b>-0,36%</b>	<b>0,36%</b>	<b>0,94%</b>	<b>-0,93%</b>	<b>0,16%</b>	<b>-0,18%</b>

  

Sensibilidade	31/12/2017									
	Resgate / Cancelamento		Resgate / Cancelamento		Mortalidade / Sinistralidade		Mortalidade / Sinistralidade		Conversibilidade	
	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%	1%	-1%	10%	-10%
PGBL-VGBL	-1,68%	1,78%	-6,78%	7,85%	0,00%	0,00%	0,00%	0,21%	0,21%	-0,24%
Risco	-8,81%	10,62%	-8,65%	9,97%	-2,03%	2,04%	2,04%	0,00%	0,00%	0,00%
Conjugado	-3,53%	3,75%	-6,15%	6,77%	-0,85%	0,85%	0,85%	0,06%	0,06%	-0,07%
<b>Total</b>	<b>-3,37%</b>	<b>3,81%</b>	<b>-7,01%</b>	<b>8,04%</b>	<b>-0,54%</b>	<b>0,55%</b>	<b>0,17%</b>	<b>0,17%</b>	<b>0,17%</b>	<b>-0,19%</b>

#### b. Líquido de resseguro

Sensibilidade	31/12/2018									
	Resgate / Cancelamento		Resgate / Cancelamento		Mortalidade / Sinistralidade		Mortalidade / Sinistralidade		Conversibilidade	
	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%	1%	-1%	10%	-10%
PGBL-VGBL	-1,56%	1,52%	-7,56%	8,73%	0,00%	0,00%	-0,28%	0,12%	0,20%	-0,22%
Risco	-6,54%	7,55%	-6,72%	7,51%	-1,62%	1,63%	7,80%	-6,83%	0,00%	0,00%
Conjugado	-3,45%	3,75%	-8,77%	10,39%	-0,87%	0,87%	0,00%	0,00%	0,05%	-0,06%
<b>Total</b>	<b>-2,49%</b>	<b>2,64%</b>	<b>-7,60%</b>	<b>8,77%</b>	<b>-0,33%</b>	<b>0,33%</b>	<b>0,88%</b>	<b>-0,86%</b>	<b>0,15%</b>	<b>-0,17%</b>

  

Sensibilidade	31/12/2017									
	Resgate / Cancelamento		Resgate / Cancelamento		Mortalidade / Sinistralidade		Mortalidade / Sinistralidade		Conversibilidade	
	Taxa	Tax								

☆ continuação

## CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 03.730.204/0001-76

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. A áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes aos benefícios pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (exceto derivativos, que encontra-se descrito na Nota 5.4):

	31/12/2018					Total
	AAA	AA+	AA	BB-	Sem Rating	
Caixa e equivalente de caixa	-	-	-	-	-	107.947
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>53.803</b>	<b>4.207</b>	<b>50.637</b>	<b>56.011.497</b>	<b>3.031.061</b>	<b>59.151.205</b>
Ações	-	-	-	-	707.151	707.151
Debêntures	18.425	4.207	20.080	-	8.107	50.819
Fundos	-	-	-	-	137.097	137.097
Letras financeira do tesouro	-	-	-	21.105.864	-	21.105.864
Letras do tesouro nacional	-	-	-	17.271.463	-	17.271.463
Notas do tesouro nacional	-	-	-	13.766.423	-	13.766.423
Créditos bancários - CDB/CCB	35.378	-	-	-	32.351	67.729
Letras financeiras	-	-	30.557	-	2.212.629	2.243.186
Operações compromissadas	-	-	-	3.867.747	-	3.867.747
Outros	-	-	-	-	(66.274)	(66.274)
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>47.151</b>	<b>-</b>	<b>47.151</b>
Letras do tesouro nacional	-	-	-	19.787	-	19.787
Notas do tesouro nacional	-	-	-	27.364	-	27.364
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.630.161</b>	<b>430.012</b>	<b>2.060.173</b>
Letras do tesouro nacional	-	-	-	734.879	-	734.879
Notas do tesouro nacional	-	-	-	895.282	-	895.282
Créditos bancários - CDB/CCB	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras	-	-	-	-	430.012	430.012
Prêmios a receber	-	-	-	-	4.511	4.511
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	172.507	172.507
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>53.803</b>	<b>4.207</b>	<b>50.637</b>	<b>57.688.809</b>	<b>3.746.038</b>	<b>61.543.494</b>

	31/12/2017					Total
	AAA	AA	BB	Sem Rating	Total	
Caixa e equivalente de caixa	-	-	-	-	-	83.620
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.426.304</b>	<b>1.930.428</b>	<b>44.356.732</b>	<b>44.356.732</b>
Ações	-	-	-	-	512.215	512.215
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Fundos	-	-	-	-	3.325	3.325
Letras financeira do tesouro	-	-	-	12.961.120	-	12.961.120
Letras do tesouro nacional	-	-	-	5.801.264	-	5.801.264
Notas do tesouro nacional	-	-	-	16.150.725	-	16.150.725
Créditos bancários - CDB/CCB	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras	-	-	-	-	1.494.828	1.494.828
Operações compromissadas	-	-	-	7.513.195	-	7.513.195
Outros	-	-	-	-	(79.940)	(79.940)
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>73.607</b>	<b>-</b>	<b>73.607</b>
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	73.607	-	73.607
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>263.861</b>	<b>30.266</b>	<b>2.242.465</b>	<b>1.802.625</b>	<b>4.339.217</b>	<b>4.339.217</b>
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.216.405	-	1.216.405
Notas do tesouro nacional	-	-	-	1.026.060	-	1.026.060
Créditos bancários - CDB/CCB	-	30.266	-	6.901	-	37.167
Letras financeiras	263.861	-	-	1.795.724	-	2.059.585
Prêmios a receber	-	-	-	3.322	-	3.322
Títulos e créditos a receber	-	-	-	73.492	-	73.492
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>263.861</b>	<b>30.266</b>	<b>44.742.376</b>	<b>3.893.487</b>	<b>48.929.990</b>	<b>48.929.990</b>

## 4.3. Risco de liquidez

Risco associado à perda de rentabilidade para obter liquidez, quando verificada a insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (ALM - *Assets and Liabilities Management*), definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

No caso da Companhia, o risco de liquidez é baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "para negociação" e "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	31/12/2018				Total
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	15.567.493	-	26.466.266	17.117.445	59.151.204
Ativos financeiros disponíveis para venda (AFS)	-	-	47.151	-	47.151
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (HTM)	1.029.426	-	573.602	318.321	1.921.349
Créditos das operações com seguros e resseguros	4.511	-	-	-	4.511
Créditos das operações com previdência complementar	737	-	-	-	737
Títulos e créditos a receber	456.886	-	339.294	-	796.180
Caixa e equivalentes de caixa	107.947	-	-	-	107.947
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>17.167.000</b>	<b>-</b>	<b>27.426.313</b>	<b>17.435.766</b>	<b>62.029.079</b>
Provisões técnicas	32.759	-	162.306	495.389	690.454
Passivos financeiros	744.199	-	299.558	-	1.043.757
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>776.958</b>	<b>-</b>	<b>461.864</b>	<b>495.389</b>	<b>1.734.211</b>

## 4.4. Risco de mercado

## 4.4.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações e risco de derivativos.

## 4.4.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value-at-Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 2.270 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 1.906). O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

## 4.4.3. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados e ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

## 5. Instrumentos financeiros

## 5.1. Resumo da classificação das aplicações

As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos	Percentual
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado					
<b>Títulos para negociação</b>											
Ações	707.151	613.464	512.215	414.621	707.151	-	-	-	-	-	1,16%
Letras financeiras do tesouro	21.105.864	21.108.614	12.961.119	12.962.340	-	454.144	13.065.930	7.585.790	34,53%	-	-
Letras do tesouro nacional	17.271.463	16.928.256	5.801.264	5.532.466	-	9.979.453	7.292.010	-	28,26%	-	-
Notas do tesouro nacional	13.766.423	12.126.983	16.150.725	14.396.435	-	102.524	4.148.712	9.515.187	22,52%	-	-

	31/12/2018		31/12/2017		Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos	Percentual
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado					
Letras financeiras	2.243.186	2.240.889	1.494.829	1.492.263	-	335.308	1.907.878	-	3,67%
Operações compromissadas	3.867.747	3.867.747	7.513.195	7.513.195	-	3.867.747	-	-	6,33%
Outros valores	189.371	189.176	(76.615)	(76.615)	70.823	50.343	51.737	16.468	0,31%
<b>Total</b>	<b>59.151.205</b>	<b>57.075.129</b>	<b>44.356.732</b>	<b>42.234.705</b>	<b>777.974</b>	<b>14.789.519</b>	<b>26.466.267</b>	<b>17.117.445</b>	<b>96,78%</b>

## Disponível para venda

	31/12/2018	31/12/2017
Letras do tesouro nacional	19.787	19.300
Notas do tesouro nacional	27.364	26.295
<b>Total</b>	<b>47.151</b>	<b>45.595</b>

## Mantidos até o vencimento

	31/12/2018	31/12/2017
Letras do tesouro nacional	734.879	717.969
Notas do tesouro nacional	895.282	773.662
Letras financeiras	430.012	429.717
Outros valores	-	-
<b>Total</b>	<b>2.060.173</b>	<b>1.921.348</b>

## 5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>48.594.881</b>	<b>37.908.347</b>
Aplicações	41.973.068	17.039.424
Resgates	(33.458.464)	(10.956.742)
Rendimentos	4.010.065	4.602.697
Ajuste ao valor justo	154	1.155
<b>Saldo final</b>	<b>61.119.704</b>	<b>48.594.881</b>

## 5.3. Estimativa do valor justo

## a. Abertura por nível

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

Descrição	31/12/2018			Total
	AFS	MTM	HTM	
Nível 1	47.151	53.038.817	1.630.161	54.716.129
Nível 2	-	6.178.662	430.012	6.608.674
Contas a receber/Contas a pagar	-	(66.274)	-	(66.274)
<b>Total</b>	<b>47.151</b>	<b>59.151.205</b>	<b>2.060.173</b>	<b>61.258.529</b>

Descrição	31/12/2017			Total
	AFS	MTM	HTM	
Nível 1	73.607	35.428.649	2.242.465	37.744.721
Nível 2	-	9.008.023	2.096.752	11.104.775
Contas a receber/Contas a pagar	-	(79.940)	-	(79.940)
<b>Total</b>	<b>73.607</b>	<b>44.356.732</b>	<b>4.339.217</b>	<b>48.729.556</b>

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável; e
- Contas a receber/Contas a pagar - Valores de caixa e contas a pagar/receber dos fundos exclusivos e que não necessitam de modelo precificação.

## 5.4. Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações visam à compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo *officer* de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme quadros a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Compra	15.467.542	10.861.389	2.616.127	7.747.652	5.103.763
Valor justo	15.467.542	10.861.389	2.616.127	7.747.652	5.103.763
Resultado acumulado	(1.436.452)	(18.180)	(6.916)	(506.567)	(922.969)



☆ continuação

## CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 03.730.204/0001-76

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2018		31/12/2017	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	
<b>15. Transações com partes relacionadas</b>					
A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: Caixa Seguros Participações Securárias Ltda. (Controladora direta), Caixa Seguros Holding S.A. (Controladora indireta), CNP Assurance (Controladora da Caixa Seguros Holding S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da Caixa Seguros Holding S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), as demais empresas identificadas são Controladas ou Coligadas de sua Controladora direta ou indireta, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.					
As transações com partes relacionadas são realizadas a preços, prazos e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros em condições semelhantes.					
Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como se segue:					
<b>Disponibilidades:</b>					
Caixa Econômica Federal	103.619	-	-	83.486	-
<b>Dividendos</b>					
Caixa Seguros Participações Securárias Ltda.	-	(54.018)	-	(50.221)	-
<b>Juros sobre capital próprio</b>					
Caixa Seguros Participações Securárias Ltda.	-	(44.200)	-	(37.580)	-
<b>Contribuições para plano de previdência privada</b>					
Caixa Seguradora S.A.	-	10.847	-	-	8.838
Caixa Capitalização S.A.	-	454	-	-	433
Caixa Consórcios S.A.	-	694	-	-	550
Caixa Seguros Saúde S.A.	-	368	-	-	459
Caixa Seguros Holding S.A.	-	82	-	-	25
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	-	821	-	-	973
<b>Contribuições para plano de saúde</b>					
Caixa Seguros Saúde S.A.	-	-	(981)	-	(1.081)
<b>Prestação de serviços e reembolsos</b>					
Caixa Seguradora S.A. (i)	-	(6.934)	(23.617)	(2.211)	(18.021)
Caixa Capitalização S.A.	-	-	-	(1)	-
Caixa Econômica Federal (ii)	-	(10.471)	(124.999)	(39.954)	(133.311)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (iii)	-	(2.304)	(50.724)	(3.694)	(46.348)
<b>Títulos de capitalização</b>					
Caixa Capitalização S.A. (iv)	21	-	-	30	-
<b>Aluguel</b>					
Caixa Seguradora S.A.	-	-	(13)	-	(13)
<b>Remuneração do pessoal-chave da administração</b>					
Remuneração e benefícios de curto prazo	-	-	(919)	-	(1.375)
<i>(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo prestado pela Caixa Seguradora;</i>					
<i>(ii) Despesas comerciais, que abrangem a remuneração decorrente do uso do balcão, e a prestação de serviços pela CAIXA de cobrança e administração de ativos;</i>					
<i>(iii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;</i>					
<i>(iv) Referem-se aos produtos acoplados adquiridos junto a Caixa Capitalização S.A.</i>					
A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.					
<b>16. Rendas com taxas de gestão e outras taxas</b>					
As rendas com taxas de gestão são substancialmente compostas por taxas de gestão dos fundos. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era R\$ 703.563 (R\$ 578.918 - 31 de dezembro de 2017).					
<b>17. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado</b>					
Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:					
		31/12/2018	31/12/2017		
<b>a) Sinistros Ocorridos</b>					
Despesas com sinistros		(25.218)	(18.728)		
Variação da provisão de eventos ocorridos mas não avisados		13.091	(4.319)		
<b>Total</b>		<b>(12.127)</b>	<b>(23.047)</b>		
<b>b) Custos de Aquisição</b>					
Comissões sobre vendas		(42.798)	(32.186)		
Despesas com custeamento de vendas		(3.733)	(4.289)		
Campanhas comerciais		(7.204)	(4.710)		
Arrendamento Balcão		(84.945)	(74.538)		
Outros custos de aquisição		(30.922)	(11.361)		
<b>Total</b>		<b>(169.602)</b>	<b>(127.084)</b>		
<b>c) Outras receitas/despesas operacionais</b>					
Tarifas de cobrança e uso de balcão		(13.379)	(9.115)		
Títulos de capitalização - acoplados		(11)	(16)		
Incentivo e manutenção de vendas		(325)	(115)		
Serviços técnicos e perícias		(7.536)	(9.221)		
Frete e correspondências		(3.190)	(4.121)		
Custos Processuais		(5.540)	(2.841)		
Publicidade e propaganda - produto		(10.894)	(19.182)		
Despesas operacionais de resseguro		(1.530)	(1.122)		
Central de relacionamento		(4.364)	(4.690)		
Serviços com manuseio de documentos		(30)	(134)		
Impressos e formulários produto		(280)	(399)		
Outras receitas e despesas		(4.567)	(1.009)		
<b>Total</b>		<b>(51.646)</b>	<b>(51.965)</b>		

## Conselho de Administração

Gabriela Susana Ortiz de Rozas Presidente	Maximiliano Alejandro Villanueva	Gustavo de Moraes Fernandes	Pedro Calhman de Miranda	Camilo Godoy
Diretoria Executiva		Contador		Atuário
Gabriela Susana Ortiz de Rozas Diretora-Presidente	Rodrigo Passadore Costantino Diretor	Marco Antonio Barbosa Pires Contador - CRC DF 014151/O-6		Letícia Torres Gomes Rios Atuário MIBA nº 1886

## Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2018 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PwC os membros do Conselho Fiscal da Caixa Vida e Previdência S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.	Brasília, 22 de fevereiro de 2019
	José Francisco da Conceição - Membro do Conselho Fiscal Sérgio Ruffoni Guedes - Membro do Conselho Fiscal Edson Leonardo Dalescio Sá Teles - Membro do Conselho Fiscal

## Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

<b>Aos Acionistas e Administradores da Caixa Vida e Previdência S.A.</b>	Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
<b>Escopo da Auditoria</b>	<b>Opinião</b>
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção da Caixa Vida e Previdência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "Itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privado - SUSEP.	Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Caixa Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Responsabilidade da Administração	<b>Outros Assuntos</b>
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.
<b>Responsabilidade dos Atuários Independentes</b>	São Paulo, 22 de fevereiro de 2019
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.	PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino São Paulo - SP - Brasil 05001-903 CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105
	Carlos Eduardo Silva Teixeira MIBA 729

☆ continua



☆ continuação

**CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**

CNPJ: 03.730.204/0001-76

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas

**Caixa Vida e Previdência S.A.****Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Vida e Previdência S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2019

**PricewaterhouseCoopers****Auditores Independentes**

CRC 2SP000160/O-5

**Luiz Antonio Fossa**

Contador CRC 1SP196161/O-8

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2019**

Processo 02/2019, objeto de aquisição: 01 (um) Espectrorradiômetro e acessórios, Avantes BV, valor de EURO 2,710.00, para atender o "PROJETO INSTITUCIONAL PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE PESQUISA NA UFSC" "FINEP/FAPEU/UFSC, Convênio n. 01.13.0226.00; Fundamento legal: Lei n.º 8.666/93, Art. 24 Inciso 21, ratificação em 26/02/2019, Prof. Gilberto Vieira Ângelo, na qualidade de Superintendente da FAPEU.

**FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO****AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 3/2019**

Pregão Eletrônico SRP para prestação de serviços de limpeza de malotes. Edital e entrega das propostas: a partir do dia 27/02/2019 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das propostas: 15/03/2019 às 09h00, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

111 Juiz de Fora, 26 de fevereiro de 2019  
SABRINA FERREIRA MATOS DE SCHEPPER  
Pregoeira

**FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Instrumento: Dispensa de Licitação 001/2019, Fundamento Legal artigo 024 Inciso II da Lei nº 8.666/93. Contratante: Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura-FAPEC, CNPJ: 15.513.690/0001-50, Objeto: Contratação de serviço de Edição e Impressão de Livro, para atender ao Convênio n. 02/2018 "Recuperação da biomassa residual de tocos de Eucalyptus spp"; Contratada: PEAGADE COMUNICAÇÃO E GRAFICA, CNPJ 26.060.268/0001-02, itens arrematados Edição de Livros, Vigência: 6 meses; a partir da publicação; Assinam: Pela FAPEC Rodolfo Vaz de carvalho - Secretário Executivo, Pela PEAGADE COMUNICAÇÃO E GRAFICA, JOEL NOGUEIRA DA SILVA; Contratada: GRAFILAR - Gráfica e Editora do Lar Anália Franco, CNPJ 07.341.913/0001-10, itens arrematados Impressão de Livros, Vigência: 6 meses; a partir da publicação; Assinam: Pela FAPEC Rodolfo Vaz de carvalho - Secretário Executivo, Pela GRAFILAR - Gráfica e Editora do Lar Anália Franco, João Claudio Dallacqua.

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO FUMCULT****RESULTADO DE HABILITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº FUMCULT/1/ 2019**

Licitantes habilitadas: Dímias Construções Eireli-EPP, Construtora Gomes Pimentel Ltda, Construtora Biapó Ltda, Construtora JRN Ltda, Eficiência Construtora Ltda, Construtora Itamaracá Ltda, Marsou Engenharia Eireli. Licitantes inabilitadas: Minas Construções e Restaurações Eireli-M E, VMF Construtora Ltda- ME, Germec Construções Ltda e Vero Engenharia Construções, Comercio e Serviços Ltda - ME. Fica aberto o prazo recursal. Ata na Integra disponibilizada no site oficial do município de Congonhas.

Em 22 de fevereiro de 2019  
GERALDO SEBASTIÃO DE ANDRADE  
Presidente da CEJL

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
CONCORRÊNCIA Nº 1/2019**

Licitantes habilitadas: Diminas Construções Eireli-EPP, Construtora Gomes Pimentel Ltda, Construtora Biapó Ltda, Construtora JRN Ltda, Eficiência Construtora Ltda, Construtora Itamaracá Ltda, Marsou Engenharia Eireli. Licitantes inabilitadas: Minas Construções e Restaurações Eireli-ME, VMF Construtora Ltda-ME, Germec Construções Ltda e Vero Engenharia Construções, Comercio e Serviços Ltda - ME. Fica aberto o prazo recursal. Ata na integra disponibilizada no site oficial do município de Congonhas. 22 de fevereiro de 2019

GERALDO SEBASTIÃO DE ANDRADE  
Presidente CEJL

**FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE MONTALVÂNIA****AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2019**

Torna público que fará realizar licitação na forma que segue: Pregão Presencial Nº 01/2019. OBJETO: Aquisição de Equip. e Material Permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde (Equipamentos médicos hospitalares) (convênio nº. 834575). SESSÃO DE JULGAMENTO: Dia 15/03/2019 - 15h00min. Maiores informações: Através do Telef. (38) 3614-1252 - Email [hcr.mtv@hotmail.com](mailto:hcr.mtv@hotmail.com) diretamente na sede da Fundação de Saúde, Rua Montaigne, nº. 33, centro, - Montalvânia/MG, horário comercial.

JOÃO FERNANDES DE ALMEIDA  
Presidente

**INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL  
PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA****EXTRATOS DE CONTRATOS**

Modalidade: Seleção Externa Simplificada Nº. 018/2018, Convênio 858521/2017.  
Contrato nº. 001 - Objeto: Prestação de Serviço como MONITOR DE TERREGULAÇÃO - Fonte de Recursos: Convênio 858521/2017 - MS/IMIP. Contratante: Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP. Contratada: Fernanda Gabriela da Silva Cordeiro Preço Global: R\$ 20.400,00 (vinte mil, e quatrocentos reais), Vigência: (06) meses a contar da data da assinatura do Contrato em 01/02/2019. Signatários: Pela Contratante: Maria Sílvia Figueira Vidon - Procuradora do IMIP.  
Contrato nº. 002 - Objeto: Prestação de Serviço como COORDENAÇÃO DE PROJETO - Fonte de Recursos: Convênio 858521/2017 - MS/IMIP. Contratante: Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP. Contratada: Jeane Maria Lacerda de Araújo Couto Preço Global: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), Vigência: (06) meses a contar da data da assinatura do Contrato em 01/02/2019. Signatários: Pela Contratante: Maria Sílvia Figueira Vidon - Procuradora do IMIP.  
Contrato nº. 003 - Objeto: Prestação de Serviço como MONITOR DE CAMPO - Fonte de Recursos: Convênio 858521/2017 - MS/IMIP. Contratante: Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP. Contratado: Mateus Tavares Bahia Preço Global: R\$ 16.800,00 (dezesseis mil reais), Vigência: (06) meses a contar da data da assinatura do Contrato em 01/02/2019. Signatários: Pela Contratante: Maria Sílvia Figueira Vidon - Procuradora do IMIP.  
Contrato nº. 004 - Objeto: Prestação de Serviço como GERENTE DE PROJETOS - Fonte de Recursos: Convênio 858521/2017 - MS/IMIP. Contratante: Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP. Contratada: Mônica da Silva Pereira Preço Global: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), Vigência: (03) meses a contar da data da assinatura do Contrato em 01/02/2019. Signatários: Pela Contratante: Maria Sílvia Figueira Vidon - Procuradora do IMIP.  
Contrato nº. 005 - Objeto: Prestação de Serviço como PROGRAMADOR - Fonte de Recursos: Convênio 858521/2017 - MS/IMIP. Contratante: Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP. Contratado: Pedro Henrique Albino Preço Global: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), Vigência: (06) meses a contar da data da assinatura do Contrato em 01/02/2019. Signatários: Pela Contratante: Maria Sílvia Figueira Vidon - Procuradora do IMIP.  
Contrato nº. 006 - Objeto: Prestação de Serviço como GERENTE DE CAMPO - Fonte de Recursos: Convênio 858521/2017 - MS/IMIP. Contratante: Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP. Contratada: Tessália Vieira de Souza Bandeira Preço Global: R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais), Vigência: (06) meses a contar da data da assinatura do Contrato em 01/02/2019. Signatários: Pela Contratante: Maria Sílvia Figueira Vidon - Procuradora do IMIP.  
Contrato nº. 007 - Objeto: Prestação de Serviço como MONITOR DE CAMPO - Fonte de Recursos: Convênio 858521/2017 - MS/IMIP. Contratante: Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP. Contratado: Vitor Tavares Bahia Preço Global: R\$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais), Vigência: (06) meses a contar da data da assinatura do Contrato em 01/02/2019. Signatários: Pela Contratante: Maria Sílvia Figueira Vidon - Procuradora do IMIP.  
Contrato nº. 008 - Objeto: Prestação de Serviço como DESIGNER - Fonte de Recursos: Convênio 858521/2017 - MS/IMIP. Contratante: Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP. Contratada: Danuta Conrado de Oliveira Preço Global: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), Vigência: (06) meses a contar da data da assinatura do Contrato em 01/02/2019. Signatários: Pela Contratante: Maria Sílvia Figueira Vidon - Procuradora do IMIP.  
Contrato nº. 009 - Objeto: Prestação de Serviço como APOIO PEDAGÓGICO - Fonte de Recursos: Convênio 858521/2017 - MS/IMIP. Contratante: Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP. Contratada: Cecília Mendonça Melo da Rocha Preço Global: R\$ 18.000,00 (dezoito mil e seiscentos reais), Vigência: (06) meses a contar da data da assinatura do Contrato em 01/02/2019. Signatários: Pela Contratante: Maria Sílvia Figueira Vidon - Procuradora do IMIP.  
Contrato nº. 010 - Objeto: Prestação de Serviço como TELERREGULADOR - Fonte de Recursos: Convênio 858521/2017 - MS/IMIP. Contratante: Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP. Contratada: Leidiane Lacerda Barros Preço Global: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), Vigência: (06) meses a contar da data da assinatura do Contrato em 01/02/2019. Signatários: Pela Contratante: Maria Sílvia Figueira Vidon - Procuradora do IMIP.

